



SUMÁRIO

Mensagem da Administração	02
Dados da Cooperativa	03
Propósito, Visão, Missão e Valores	04
Desempenho do Sicoob Credicampo	07
Relatório da Administração	11
Balanço Patrimonial	14
Demonstração de Sobras ou Perdas	16
Demonstração de Mutações do Patrimônio	17
Demonstração de Fluxo de Caixa	18
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	19
Parecer do Conselho Fiscal	36
Relatório da Auditoria	37
Direitos e Deveres do Cooperado	40



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos aos associados do Sicoob Credicampo os resultados colhidos ao longo do exercício de 2019.

Mais uma vez, nossa cooperativa, sempre focada em cumprir sua missão e propósito de proporcionar aos associados soluções financeiras adequadas, vem agradecê-los pelo apoio integral e fidelização, fundamentais para o crescimento e fortalecimento do Sicoob Credicampo. É essa união de esforços, princípio básico do cooperativismo, que cria as condições para a geração de resultado expressivo como o obtido em 2019.

Neste ano que se encerrou, nossa instituição foi também capaz de realizar e entregar um verdadeiro legado à comunidade, representado pelo prédio da nova sede e a nova agência de Entre Rios



de Minas. A construção da nova sede foi projetada dentro das mais inovadoras e sustentáveis concepções de arquitetura. Breve o Centro Administrativo da cooperativa também estará funcionando no local.

O resultado obtido em 2019 possibilitou à cooperativa creditar na conta capital dos associados em 31/12/2019 o valor de R\$ 676,9 mil, relativo aos juros ao capital.

Para decisão da assembleia geral será apresentada uma sobra líquida de R\$ 732,7 mil. Ao todo, relativo ao resultado do exercício de 2019, a cooperativa retorna para os associados o valor de 1,4 milhão de reais

Vale ressaltar também o crescimento patrimonial do Sicoob Credicampo de 20,95% - atingindo R\$ 31,3 milhões, ante uma inflação anual de 4,31%. Nas páginas seguintes deste relatório o associado pode se inteirar de todos os números da instituição, representados detalhadamente.

Cabe destacar e registrar as atuações de todo pessoal da cooperativa: o Conselho de Administração, dinâmico, atuante e com forte visão estratégica; o Conselho Fiscal, sempre atento aos atos e fatos da administração; a Diretoria dedicada, atenta e com pleno domínio de suas áreas e, a nossa fantástica, dedicada e obreira turma de colaboradores diretos e terceirizados.

Submetemos os números de 2019 obtidos pelo Sicoob Credicampo à análise e apreciação da assembleia geral, com a consciência de que envidamos nossos melhores esforços em prol da instituição. Nosso propósito é servir à causa cooperativista, proporcionando instrumentos de alavancagem dos negócios de nossos associados.

Nosso agradecimento a todos, boa assembleia.



DADOS DA COOPERATIVA

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CAMPOS DA MANTIQUEIRA LTDA. SICOOB CREDICAMPO

Centro Administrativo

Rua Jeceaba, 107 - Senhor dos Passos CEP: 35490-000 - Entre Rios de Minas/MG (31) 3751-1403

Belo Vale

Rua Padre Jacinto, 64 Centro CEP: 35473-000 Belo Vale/MG (31) 3734-1663

Cristiano Otoni

Praça Santo Antônio, 06 Centro CEP: 36426-000 Cristiano Otoni/MG (31) 3724-1634

Conselheiro Lafaiete

Av. Pref. Telésforo Cândido Resende, 540, LJ 01 Centro CEP: 36400-053 Conselheiro Lafaiete/MG (31) 3762-1414

Desterro de Entre Rios

Rua Teófilo Andrade, 83 Centro CEP: 35494-000 Desterro de Entre Rios/MG (31) 3736-1399

Entre Rios de Minas

Av. Major Juscelino, 925 Centro CEP: 35490-000 Entre Rios de Minas/MG (31) 3751-1404

Jeceaba

Rua Juscelina Antônia Dias, 87 Centro CEP: 35498-000 Jeceaba/MG (31) 3735-1234

Lagoa Dourada

Av. Major Joaquim R. de Resende, 152 Centro CEP: 36345-000 Lagoa Dourada/MG (32) 3363-1303

Piedade dos Gerais

Rua Nosso Senhor do Bonfim, 111 Centro CEP: 35476-000 Piedade dos Gerais/MG (31) 3578-1222

São Brás do Suaçuí

Av. Dr. Aprigio Ribeiro de Oliveira, 398 Centro CEP: 35495-000 São Brás do Suaçuí/MG (31) 3738-1692

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira - Presidente Débora Cristina de Andrade Pereira Leonardo Resende Lisboa Tiago Geraldo de Resende Victor Gonzaga Resende Lima Wagno Almeida Duarte

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Firmino dos Reis Diretor Geral Edson José Pinto de Sousa Diretor de Operações Elizangela Andrade Cunha Diretora de Gestão de Riscos

CONSELHO FISCAL

EFETIVO

Marcelo Nicolau de Costa Paulo Alberto Resende Mendes Tâmara de Carvalho Bethonico



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

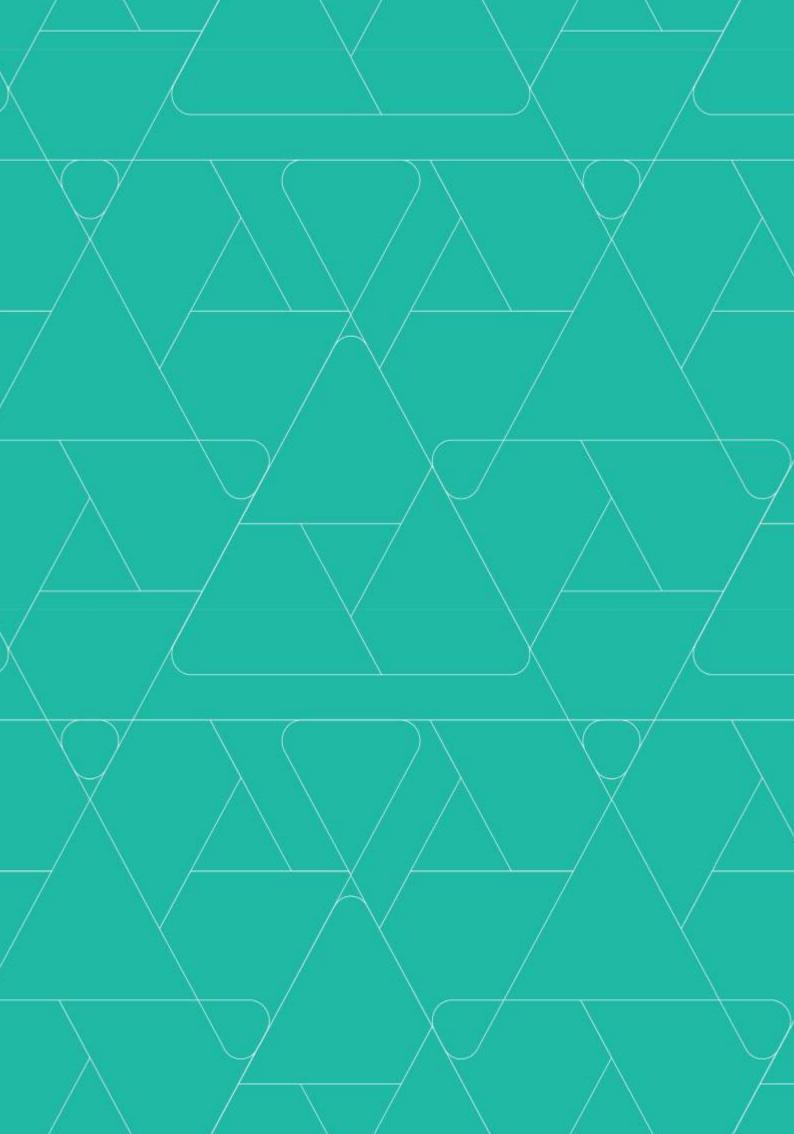
MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

VALORES

- Respeito e Valorização das Pessoas;
- Cooperativismo e Sustentabilidade;
 - Ética e Integridade;
 - Excelência e Eficiência;
 - Liderança Responsável;
 - Inovação e Simplicidade.

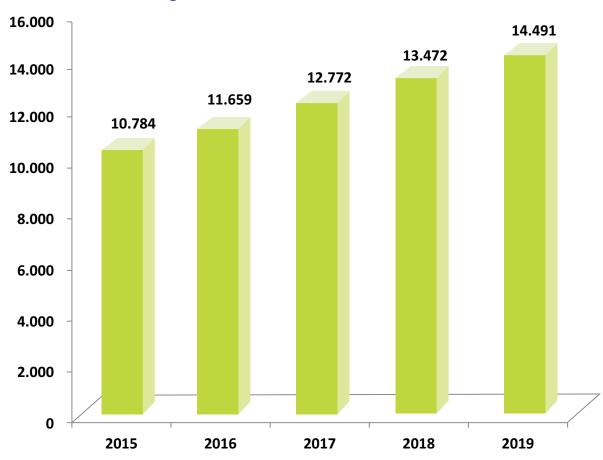




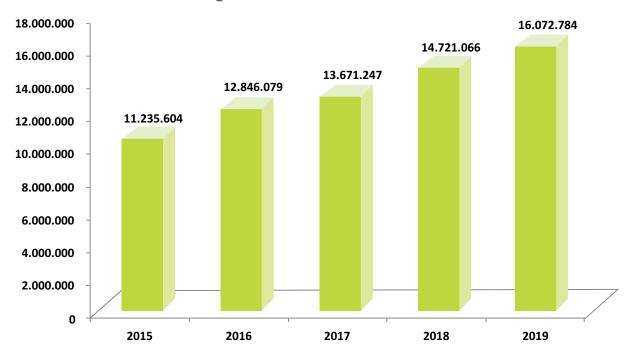


DESEMPENHO DO SICOOB CREDICAMPO

EVOLUÇÃO DOS ASSOCIADOS ATIVOS

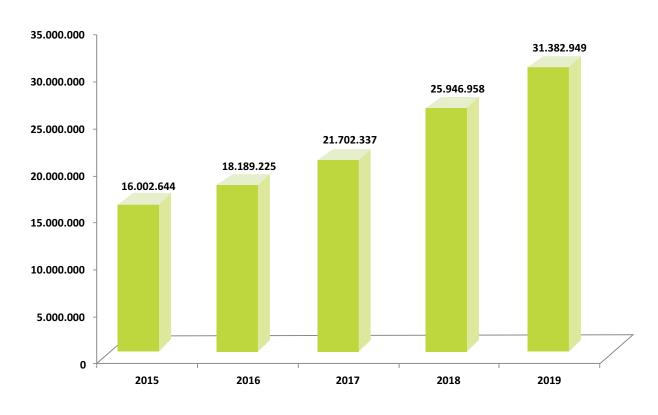


EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

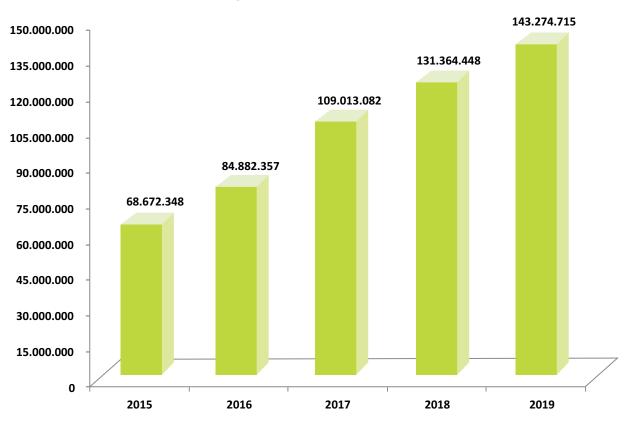




EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

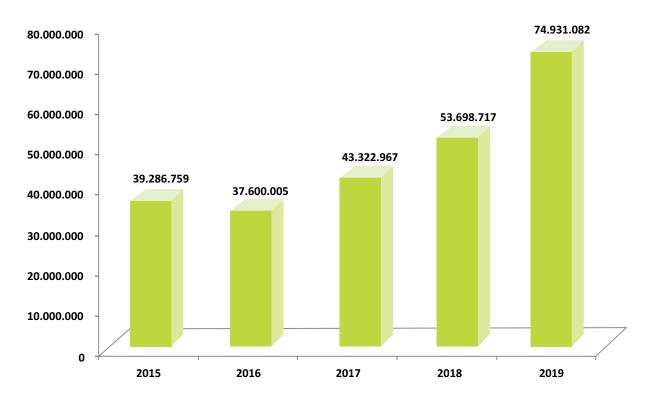


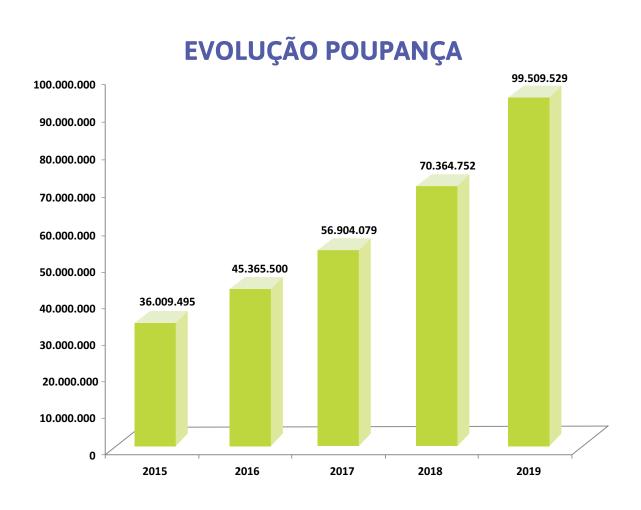
EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS





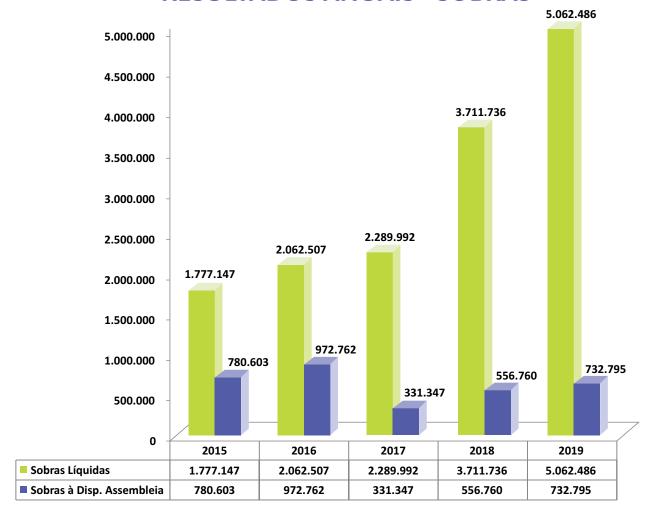
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO







RESULTADOS ANUAIS - SOBRAS



APURAÇÃO DAS SOBRAS LÍQUIDAS

	2019	2018
JUROS AO CAPITAL (INFORMATIVO)	R\$ 676.911,50	R\$ 622.631,06
DECCRICÃO.		
DESCRIÇÃO	D# 5050 40544	D# 0 744 705 70
Sobras / Lucro Líquido no Exercício	R\$ 5.062.486,14	R\$ 3.711.735,78
Lucro Líquido Atos não Cooperativos	R\$ 177.187,43	R\$ 0,00
Sobras Líquidas	R\$ 4.885.298,71	R\$ 3.711.735,78
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		
	D# 2.000.220.07	P# 2.000.200.02
Reserva Legal: 80%	R\$ 3.908.238,97	R\$ 2.969.388,62
FATES: 5%	R\$ 244.264,94	R\$ 185.586,79
Sobras à Disposição da AGO	R\$ 732.794,80	R\$ 556.760,37
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	R\$ 732.794,80	



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB CREDICAMPO na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB CREDICAMPO completou 34 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CREDICAMPO obteve um resultado de R\$ 5.739.397,64 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 18,29%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 91.892.431,23. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 77.119.824,22.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 32.796.950,22	42,53%
Carteira Comercial	R\$ 44.322.874,00	57,47%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 21,97% da carteira, no montante de R\$ 16.966.518,99.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 145.075.476,79, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 9,64%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 41.992.607,23	28,95%
Depósitos a Prazo	R\$ 101.282.107,83	69,81%
Captações LCA	R\$ 1.800.761,73	1,24%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 20,37% da captação, no montante de R\$29.576.450,06.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDICAMPO era de R\$ 28.922.177,35. O quadro de associados era composto por 14.491 cooperados, havendo um acréscimo de 7,29% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas préestabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDICAMPO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,72% nos níveis de "A" a "C".



7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICAMPO aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas



relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB CREDICAMPO registrou 10 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Das 10 reclamações, 05 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30/10/2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Entre Rios de Minas (MG), 23 de janeiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais - R\$)

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018 Reclassificado
Circulante	Nota	135.131.868,27	140.108.258,09
Disponibilidades		4.637.990,24	2.926.399,55
Relações Interfinanceiras	5	91.892.431,23	106.229.540,24
Centralização Financeira - Cooperativas		91.892.431,23	106.229.540,24
Operações de Crédito	6	37.592.511,14	30.006.599,18
Operações de Crédito		38.856.104,50	31.134.639,09
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.263.593,36)	(1.128.039,91)
Outros Créditos	7	884.115,98	840.591,71
Créditos por Avais e Fianças Honrados		115.746,67	99.925,70
Rendas a Receber		355.939,69	530.395,20
Diversos		493.246,90	280.524,74
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(80.817,28)	(70.253,93)
Outros Valores e Bens	8	124.819,68	105.127,41
Despesas Antecipadas		124.819,68	105.127,41
Realizável a Longo Prazo		39.048.133,94	25.317.234,64
Operações de Crédito	6	37.338.571,10	23.692.118,08
Operações de Crédito		38.263.719,72	24.559.726,52
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(925.148,62)	(867.608,44)
Outros Créditos	7	1.709.562,84	1.625.116,56
Diversos		1.709.562,84	1.625.116,56
Permanente		14.486.147,97	11.253.147,66
Investimentos	9	4.499.707,82	4.217.584,69
Participações em Cooperativas		4.471.132,82	4.189.009,69
Outros Investimentos		28.575,00	28.575,00
Imobilizado em Uso	10	9.986.440,15	7.035.562,97
Imóveis de Uso		445.552,47	445.552,47
Outras Imobilizações de Uso		12.303.308,35	9.170.536,16
(Depreciações Acumuladas)		(2.762.420,67)	(2.580.525,66)
		188.666.150,18	176.678.640,39



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais - R\$)

PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018 Reclassificado
Circulante	Nota	152.967.560,85	144.024.192,12
 Depósitos	11	143.274.715,06	131.364.447,60
Depósitos à Vista		41.992.607,23	35.839.768,89
Depósitos a Prazo		101.282.107,83	95.524.678,71
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.800.761,73	951.521,50
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares		1.800.761,73	951.521,50
Relações Interfinanceiras		1.490.137,43	6.002.955,56
Repasses Interfinanceiros	12	1.490.137,43	6.002.955,56
Relações Interdependências	13	749.346,55	845.437,67
Recursos em Trânsito de Terceiros		749.346,55	845.437,67
Outras Obrigações	14	5.652.600,08	4.859.829,79
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		34.865,44	19.291,81
Sociais e Estatutárias		1.603.452,81	1.264.009,88
Fiscais e Previdenciárias		426.675,69	407.106,49
Diversas		3.587.606,14	3.169.421,61
Exigível a Longo Prazo		4.315.639,89	6.707.489,98
Relações Interfinanceiras		2.561.722,46	5.026.208,14
Repasses Interfinanceiros	12	2.561.722,46	5.026.208,14
Outras Obrigações	14	1.753.917,43	1.681.281,84
Diversas		1.753.917,43	1.681.281,84
Patrimônio Líquido	16	31.382.949,44	25.946.958,29
<u>Capital Social</u>		16.072.783,67	14.721.065,93
De Domiciliados no País		16.142.696,67	14.813.340,58
(Capital a Realizar)		(69.913,00)	(92.274,65)
Reserva de Lucros		14.577.370,97	10.669.132,00
Sobras Acumuladas		732.794,80	556.760,36
TOTAL		188.666.150,18	176.678.640,39



DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais - R\$)

		2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	Nota	7.503.626,08	14.238.172,84	12.620.785,07
Operações de Crédito		7.503.626,08	14.238.172,84	12.620.785,07
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(3.403.462,38)	(6.830.342,54)	(6.739.455,93)
Operações de Captação no Mercado		(2.675.174,56)	(5.472.141,68)	(5.052.303,78)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(248.105,87)	(652.755,95)	(836.323,37)
Provisão para Operações de Créditos		(480.181,95)	(705.444,91)	(850.828,78)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		4.100.163,70	7.407.830,30	5.881.329,14
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionai	s	(604.138,41)	(553.631,59)	(582.736,91)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		1.645.200,40	3.060.170,60	2.273.417,89
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		1.545.334,26	3.035.484,49	2.748.853,78
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(3.820.131,51)	(7.557.297,52)	(6.787.178,19)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(3.185.964,70)	(6.222.786,43)	(5.469.244,98)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(126.224,78)	(239.606,10)	(173.988,13)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.818.766,50	5.973.174,18	6.073.161,90
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	18	1.020.685,19	2.369.093,57	1.876.926,82
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	19	(501.803,77)	(971.864,38)	(1.124.686,00)
Resultado Operacional		3.496.025,29	6.854.198,71	5.298.592,23
Resultado Não Operacional	20	6.107,81	11.971,90	(12.901,49)
Resultado Antes da Tributação/Participações		3.502.133,10	6.866.170,61	5.285.690,74
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(160.135,96)	(290.453,68)	(187.395,39)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(98.673,02)	(188.057,61)	(142.589,29)
Participação no Lucro (Sobra)		(327.867,78)	(648.261,68)	(621.339,22)
Sobras / Perdas antes das Destinações		2.915.456,34	5.739.397,64	4.334.366,84
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	16 d		(4.329.691,34)	(3.154.975,42)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		-	(421.452,37)	(185.586,79)
Reserva Legal		-	(3.908.238,97)	(2.969.388,63)
Sobras / Perdas antes dos Juros ao Capital		2.915.456,34	1.409.706,30	1.179.391,42
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		352.931,60	676.911,50	622.631,06
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		2.562.524,74	732.794,80	556.760,36



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais – R\$)

	Capit	tal F	Reservas de sobra	as	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2017	13.779.061,82	(107.815,04)	7.699.743,37	331.346,94	21.702.337,09
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	
Ao Capital	331.321,10	-	-	(331.321,10)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(25,84)	(25,84)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	
Por Subscrição/Realização	696.803,71	15.540,39	-	-	712.344,10
Por Devolução (-)	(604.808,38)	-	-	-	(604.808,38
Estorno Capital Subscrito	(850,00)	-	-	-	(850,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	4.334.366,84	4.334.366,84
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(622.631,06)	(622.631,06
Integralização de Juros ao Capital	611.823,25	-	-	-	611.823,25
IRRF Sobre Juros ao Capital	(10,92)	-	-	-	(10,92)
Destinação das Sobras ou Perdas: . Fundo de Reserva	-	-	2.969.388,63	(2.969.388,63)	,
. FATES	-	-	2.909.500,05	(2.909.366,03)	(185.586,79)
. FATES					
Saldos em 31/12/2018	14.813.340,58	(92.274,65)	10.669.132,00	556.760,36	25.946.958,29
Saldos em 31/12/2018	14.813.340,58	(92.274,65)	10.669.132,00	556.760,36	25.946.958,29
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	,
Ao Capital	556.739,84	-	-	(556.739,84)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(20,52)	(20,52
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	
Por Subscrição/Realização	774.568,84	22.361,65	-	-	796.930,49
Por Devolução (-)	(667.073,87)	-	-	-	(667.073,87
Estorno Capital Subscrito	(840,00)	-	-	-	(840,00
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	5.739.397,64	5.739.397,64
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(676.911,50)	(676.911,50
Integralização de Juros ao Capital	666.030,60	-	-	-	666.030,60
IRRF Sobre Juros ao Capital	(69,32)	-	-	- (477.407.42)	(69,32
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(177.187,43)	(177.187,43
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	2,000,220,07	(2,000,220,07)	
. Fundo de Reserva	-	-	3.908.238,97	(3.908.238,97)	(244.264.04
. F A T E S Saldos em 31/12/2019	16.142.696,67	(69.913,00)	14.577.370,97	(244.264,94) 732.794,80	(244.264,94 31.382.949,44
Saldos em 30/06/2019	15.414.682,09	(74.615,80)	10.669.132,00	2.499.961,40	28.509.159,69
	13.414.002,03	(14.015,00)	10.003.132,00	2.433.301,40	20.303.133,03
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	
Movimentação de Capital:	-	470000	-	-	370 070 7
Por Subscrição/Realização	366.176,90	4.702,80	-	-	370.879,70
Por Devolução (-)	(304.123,60)	-	-	2.045.456.24	(304.123,60)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.915.456,34	2.915.456,34
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(352.931,60)	(352.931,60)
Integralização de Juros ao Capital	666.030,60	-	-	-	666.030,60
IRRF Sobre Juros ao Capital	(69,32)	-	-	- (177 107 <i>1</i> 2)	(69,32)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(177.187,43)	(177.187,43)
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	- 7 000 220 2	רת פכב פחם ב).	,
. Fundo de Reserva . F A T E S	-	-	3.908.238,97		(2/1/1/26/1/04)
Saldos em 31/12/2019	16.142.696,67	(69.913,00)	14.577.370,97	(244.264,94) 732.794,80	(244.264,94)
Jaka03 CIII J I/ 14/40 I J	10.142.030,07	(00,61 6.60)	15,016,116,71	132.134,00	51.502.545,44



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais – R\$)

DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras Líquidas Ajustadas	3.332.194,18	6.127.898,78	4.730.919,34
Sobras/Perdas Líquidas antes das destinações Estatutárias	2.915.456,34	5.739.397,64	4.334.366,84
Provisão para IRPJ / CSLL	115.713,75	115.713,75	73.545,31
Provisão para Operações de Crédito	269.419,48	193.093,63	299.326,99
Depreciações e Amortizações	178.145,89	328.844,50	296.159,59
Distribuição de Sobras da Cooperativa Central - Capitalização	-	(123.142,22)	(190.142,30)
Juros ao Capital Recebido	(151.481,72)	(151.481,72)	(172.511,77)
Gratificação/Participação/Premiação aos Empregados	327.867,78	648.261,68	621.339,22
Provisão de Juros ao Capital	(352.931,60)	(676.911,50)	(622.631,06)
Provisão para passivos contingentes	40.111,33	84.987,34	135.338,48
Depósitos em Garantia	(11.376,84)	(33.650,92)	(44.230,34)
Baixa/ajustes no Imobilizado	1.269,77	2.786,60	358,38
Variação de Ativos e Obrigações	(13.994.122,68)	(16.011.367,35)	13.832.406,61
Aumento/ Redução em Ativos	(14.605.448,19)	(21.713.923,22)	(10.855.348,42)
Operações de Crédito	(14.622.983,06)	(21.425.458,61)	(10.675.077,25)
Outros Créditos	(87.320,07)	(268.772,34)	(149.795,26)
Outros Valores e Bens	104.854,94	(19.692,27)	(30.475,91)
Redução / Aumento em Passivos	611.325,51	5.702.555,87	24.687.755,03
Depósitos a Vista	4.152.821,37	6.152.838,34	1.997.042,04
Depósitos sob Aviso	(61.365,88)	(49.228,97)	(37.968,52)
Depósitos a Prazo	(987.643,02)	5.806.658,09	20.392.292,20
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares	413.672,13	849.240,23	951.521,50
Outras Obrigações	632.853,71	16.443,11	167.806,19
Relações Interdependências	672.370,63	(96.091,12)	2.014.426,51
Relações Interfinanceiras	(4.211.383,43)	(6.977.303,81)	(797.364,89)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(10.661.928,50)	(9.883.468,57)	18.563.325,95
Atividades de Investimentos			
Inversões em Imobilizado de Uso	(1.272.858,13)	(3.282.508,28)	(2.920.653,95)
Inversões em Investimentos	-	(7.499,19)	(889.100,74)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.272.858,13)	(3.290.007,47)	(3.809.754,69)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	370.879,70	796.930,49	712.344,10
Devolução de Capital à Cooperados	(304.123,60)	(667.073,87)	(604.808,38)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(20,52)	(25,84)
Integralização de Juros ao Capital	666.030,60	666.030,60	611.823,25
IRRF sobre Juros ao Capital	(69,32)	(69,32)	(10,92)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(177.187,43)	(177.187,43)	-
FATES Sobras Exercício	(244.264,94)	(244.264,94)	(185.586,79)
Estorno Capital Subscrito	-	(840,00)	(850,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	311.265,01	373.505,01	532.885,42
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(11.623.521,62)	(12.799.971,03)	15.286.456,68
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Ínicio do Período	108.509.882,78	109.686.332,19	94.399.875,51
No Fim do Período	96.886.361,16	96.886.361,16	109.686.332,19
Variação Líquida das Disponibilidades	(11.623.521,62)	(12.799.971,03)	15.286.456,68



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB CREDICAMPO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/09/1985, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICAMPO possui 9 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ENTRE RIOS DE MINAS - MG, LAGOA DOURADA - MG, JECEABA - MG, SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ - MG, DESTERRO DE ENTRE RIOS - MG, CONSELHEIRO LAFAIETE - MG, PIEDADE DOS GERAIS - MG, CRISTIANO OTONI - MG, BELO VALE - MG.

O SICOOB CREDICAMPO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 23/01/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.



3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.



i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do Art. 193 do mesmo Decreto.



r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros *(impairment)* é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na database das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	4.637.990,24	2.926.399,55
Relações interfinanceiras - centralização financeira	91.892.431,23	106.229.540,24
Receita definitiva - centralização financeira	355.939,69	530.392,40
Total	96.886.361,16	109.686.332,19

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	91.892.431,23	106.226.540,24

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB Central Crediminas** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$5.973.174,18 e R\$6.073.161,90.



6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	Circulante	Não Circulante	Total	31/12/2018
Adiantamento a Depositante	70.127,63	-	70.127,63	76.133,59
Cheque Especial / Conta Garantida	1.492.145,34	-	1.492.145,34	1.557.337,52
Empréstimos	13.759.402,93	13.192.623,98	26.952.026,91	22.056.997,17
Financiamentos	3.604.978,89	8.076.791,94	11.681.770,83	3.518.975,19
Títulos Descontados	4.126.803,29	-	4.126.803,29	2.661.772,15
Financiamento Rurais	15.802.646,42	16.994.303,80	32.796.950,22	25.823.149,99
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(1.263.593,36)	(925.148,62)	(2.188.741,98)	(1.995.648,35)
Total	37.592.511,14	37.338.571,10	74.931.082,24	53.698.717,26

 b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

	l / Percentua sco / Situaçã		Emprést. / Tít. Desc. *	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	1.785.762,61	212.817,60	-	1.998.580,21	-	584.919,62	-
А	0,50%	Normal	11.447.822,59	6.300.644,73	18.068.813,69	35.817.281,01	179.086,45	14.095.701,05	70.478,56
В	1%	Normal	7.895.772,28	3.207.824,40	10.065.966,27	21.169.562,95	211.695,68	27.281.317,56	272.813,40
В	1%	Vencidas	264.068,13	12.192,86	-	276.260,99	2.762,61	17.211,99	172,12
С	3%	Normal	7.133.187,45	1.552.237,10	4.020.102,57	12.705.527,12	381.165,91	8.489.308,30	254.679,45
С	3%	Vencidas	265.213,43	7.498,03	34.382,18	307.093,64	9.212,81	161.451,97	4.843,56
D	10%	Normal	2.290.459,38	310.883,68	361.622,78	2.962.965,84	296.296,66	3.007.663,67	300.766,61
D	10%	Vencidas	75.916,13	10.076,80	69.255,49	155.248,42	15.524,85	119.620,98	11.962,11
E	30%	Normal	259.130,36	13.577,14	32.596,00	305.303,50	91.591,07	732.688,09	219.806,60
E	30%	Vencidas	261.243,82	3.088,28	-	264.332,10	79.299,65	186.500,62	55.950,23
F	50%	Normal	181.970,78	-	7.082,82	189.053,60	94.526,82	194.747,24	97.373,70
F	50%	Vencidas	165.003,62	2.029,46	11.337,74	178.370,82	89.185,43	170.419,01	85.209,57
G	70%	Normal	20.640,12	-	-	20.640,12	14.448,09	73.032,71	51.122,94
G	70%	Vencidas	122.866,65	22.711,04	6.615,58	152.193,27	106.535,32	31.044,42	21.731,11
Н	100%	Normal	188.272,63	4.969,07	1.042,04	194.283,74	194.283,74	249.195,51	249.195,51
Н	100%	Vencidas	283.773,19	21.220,64	118.133,06	423.126,89	423.126,89	299.542,87	299.542,87
Total Nor	mal		31.203.018,20	11.602.953,72	32.557.226,17	75.363.198,09	1.463.094,42	54.708.573,75	1.516.236,77
Total Venc	ido		1.438.084,97	78.817,11	239.724,05	1.756.626,13	725.647,56	985.791,86	479.411,58
Total Gera	al		32.641.103,17	11.681.770,83	32.796.950,22	77.119.824,22	2.188.741,98	55.694.365,61	1.995.648,35
Provisões			(1.499.527,42)	(190.693,30)	(498.521,26)	(2.188.741,98)		(1.995.648,35)	
Total Líqu	ido		31.141.575,75	11.491.077,53	32.298.428,96	74.931.082,24		53.698.717,26	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Venc.	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	4.587.056,17	9.172.346,76	13.192.623,98	26.952.026,91
Títulos Descontados	-	3.935.236,59	191.566,70	-	4.126.803,29
Financiamentos	-	950.741,04	2.654.237,85	8.076.791,94	11.681.770,83
Financiamentos Rurais	-	1.912.299,05	13.890.347,37	16.994.303,80	32.796.950,22
Adiantamento Depositante	70.127,63	-	-	-	70.127,63
Cheque Especial e C/G	1.492.145,34	-	-	-	1.492.145,34
Total	1.562.272,97	11.385.332,85	25.908.498,68	38.263.719,72	77.119.824,22



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Título Descontados	Empréstimo / Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Priv Comércio	473.882,16	1.297.812,98	11.659.110,86	-	13.430.806,00	17,42%
Setor Priv Indústria	37.373,64	264.910,95	1.379.014,39	-	1.681.298,98	2,18%
Setor Priv Serviços	137.285,40	504.653,52	7.914.298,02	-	8.556.236,94	11,09%
Pessoa Física	913.731,77	2.059.425,84	17.681.374,47	32.796.950,22	53.451.482,30	69,31%
Total	1.562.272,97	4.126.803,29	38.633.797,74	32.796.950,22	77.119.824,22	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	1.995.648,35	1.696.321,36
Constituições/Reversões no período	694.881,56	846.111,90
Transferência para Prejuízo no período	(501.787,93)	(546.784,91)
Total	2.188.741,98	1.995.648,35

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.408.811,49	2%	1.187.959,43	2%
10 Maiores Devedores	10.413.988,25	13%	9.204.492,59	16%
50 Maiores Devedores	27.667.507,44	36%	20.556.938,62	37%

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	2.891.044,62	2.662.141,72
Valor das operações transferidas no período	501.787,93	546.784,91
Valor das operações recuperadas no período	(198.216,67)	(282.177,51)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(150.091,82)	(35.704,50)
Total	3.044.524,06	2.891.044,62

h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamento a Depositantes	92.396,66	105.694,33
Rendas de Empréstimos	8.127.309,39	7.756.602,30
Rendas de Títulos Descontados	876.529,54	681.625,26
Rendas de Financiamentos	1.309.316,97	1.048.541,23
Rendas de Financiamentos Rurais	3.634.835,50	2.865.364,51
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	197.784,78	162.957,44
Total de Operações de Crédito	14.238.172,84	12.620.785,07

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados	115.746,67	99.925,70
Rendas a Receber (a)	355.939,69	530.395,20
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	1.709.562,84	1.625.116,56
Títulos e Créditos a Receber (c)	161.682,07	148.703,09
Devedores Diversos - Pais (d)	331.564,83	131.821,65
(-) Provisão para Outros Créditos (e)	(80.817,28)	(70.253,93)
Total	2.593.678,82	2.465.708,27



- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$355.939,69);
- (b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Recursos Fiscais (R\$18.054,80), PIS sobre Atos Cooperativos (R\$237.259,86), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$769.349,77), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (R\$170.176,40) e PIS sobre Folha de Pagamento (R\$514.722,01);
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$161.682,07);
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados os adiantamentos para despesas diversas (R\$267.182,39), plano de saúde a receber (R\$18.254,39), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$34.025,87) e outros (R\$12.102,18).
- (e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentu Risco / Situa		Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	38.661,15	(11.598,36)	23.644,44	(7.093,33)
F	50%	8.440,43	(4.220,22)	19.134,68	(9.567,38)
G	70%	12.154,64	(8.508,25)	11.844,59	(8.291,23)
Н	100%	56.490,45	(56.490,45)	45.301,99	(45.301,99)
Total Geral		115.746,67	(80.817,28)	99.925,70	(70.253,93)
Provisões		(80.817,28)	-	(70.253,93)	-
Total Líquido		34.929,39	-	29.671,77	-

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Antecipadas	124.819,68	105.127,41

(a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 124.819,68, referentes a prêmios de seguros, processamento de dados, contribuição cooperativista e confederativa e contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações no Sicoob Central Crediminas	4.471.132,82	4.189.009,69
Participações no Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob	28.575,00	28.575,00
Total	4.499.707,82	4.217.584,69

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizações em Curso	(*)	8.270.634,03	5.568.704,96
Terrenos	-	1.263,04	1.263,04
Edificações	4%	444.289,43	444.289,43
Móveis e Equipamentos	10%	2.254.237,86	2.244.749,75
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.502.191,17	1.109.789,90
Sistemas de Comunicação	10%	41.200,02	42.146,28
Sistema de Segurança	10%	235.045,27	205.145,27
TOTAL		12.748.860,82	9.616.088,63
Depreciação acumulada		(2.762.420,67)	(2.580.525,66)
TOTAL		9.986.440,15	7.035.562,97

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.



11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados denominados de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *"pro rata die"*; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	41.992.607,23	35.839.768,89
Depósito Sob Aviso	568.653,37	617.882,34
Depósito a Prazo	100.713.454,46	94.906.796,37
Total	143.274.715,06	131.364.447,60

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN n° 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	15.589.716,31	11%	14.924.881,08	11%
10 Maiores Devedores	24.725.919,70	17%	23.511.758,79	18%
50 Maiores Devedores	39.785.627,28	27%	37.352.456,35	28%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	35.154,09	38.710,79
Despesas de Depósitos a Prazo	5.152.411,70	4.822.788,79
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	73.986,42	11.521,50
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	210.589,47	179.282,70
Total Despesas com Captação no Mercado	5.472.141,68	5.052.303,78

a) Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	1.800.761,73	951.521,50

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos e com prazos de vencimentos conforme resolução CMN nº 4410/2015.



12. Relações interfinanceiras e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Таха	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
BANCOOB	De 6,5% até 8,50% a.a.	17/08/2026	4.051.859,89	11.029.163,70

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
Bancoob	(652.755,95)	(836.323,37)

13. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento	-	811.889,93
Concessionárias de Serviços Públicos	40.517,38	30.467,04
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros (a)	708.829,17	3.080,70
Total	749.346,55	845.437,67

⁽a) Referem-se a convênios de folha de pagamento de outras entidades.

14. Outras obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	34.865,44	19.291,81
Sociais e Estatutárias	1.603.452,81	1.264.009,88
Fiscais e Previdenciárias	426.675,69	407.106,49
Diversas	5.341.523,57	4.850.703,45
Total	7.406.517,51	6.541.111,63

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	421.452,37	185.586,79
Cotas de capital a pagar (b)	449.233,79	418.218,99
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	648.261,68	621.339,22
Outras obrigações	84.504,97	38.864,88
Total	1.603.452,81	1.264.009,88

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.
- (c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2020.



14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	115.713,75	73.545,31
Impostos e Contribuições a Recolher	310.961,94	333.561,18
Total	426.675,69	407.106,49

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cheques administrativos (a)	705.000,00	-
Despesas de Pessoal	753.481,86	716.580,26
Outras Despesas Administrativas (b)	342.165,02	475.178,28
Cheques Descontados (c)	193.114,46	50.141,41
Credores Diversos - País (d)	1.491.179,00	1.781.730,52
Provisão para Garantias Prestadas (e)	102.811,52	145.791,14
Provisão para Passivos Contingentes (f)	1.753.771,71	1.681.281,84
Total	5.341.523,57	4.850.703,45

- (a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2019;
- (b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia e gás (R\$11.750,17), comunicações (R\$5.178,60), processamento de dados (R\$4.090,90), segurança e vigilância (R\$13.774,48), manutenção e conservação de bens (R\$75.937,63), transporte (R\$65.319,28), plano de saúde (R\$24.074,49), seguro prestamista (R\$122.430,00) e outras (R\$19.609,47);
- (c) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2019;
- (d) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.385.599,27), diferenças de compensação a acertar com o BANCOOB (R\$22.550,47) e outros (R\$83.029,26);
- (e) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nív	el / Percentual de Risco	Coobrigações 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Coobrigações 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA		42.315,61	-	-	-
Α	0,5%	4.791.731,02	(23.959,12)	2.284.156,72	(11.421,05)
В	1%	844.640,43	(8.446,34)	1.493.580,52	(14.935,64)
С	3%	801.001,04	(24.030,09)	736.362,59	(22.090,81)
D	10%	158.943,88	(15.894,48)	266.452,53	(26.645,42)
Е	30%	22.974,81	(6.892,45)	115.341,98	(34.602,54)
F	50%	12.203,63	(6.101,87)	35.856,21	(17.928,19)
G	70%	1.738,43	(1.216,90)	14.246,07	(9.972,23)
Н	100%	16.270,27	(16.270,27)	8.195,26	(8.195,26)
TOTAL		6.691.819,12	(102.811,52)	4.954.191,88	(145.791,14)

(f) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, vide nota 27.



15. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICAMPO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	16.072.783,67	14.721.065,93
Associados	14.491	13.507

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 80%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$556.760,37 (quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta reais e trinta e sete centavos).

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	5.062.486,14	3.711.735,78
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(177.187,43)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	4.885.298,71	3.711.735,79
Destinações estatutárias	(4.152.503,91)	(3.154.975,42)
Reserva legal - 80%	(3.908.238,97)	(2.969.388,63)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%.	(244.264,94)	(185.586,79)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	732.794,80	556.760,36

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.



17. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	133.984,47	70.628,46
Reversão de Outras Provisões Operacionais	264.437,60	138.969,89
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	238.770,33	3.373,04
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	2.475,39
Atualização de Depósitos Judiciais	33.650,92	44.230,34
Rendas de Cartões	1.002.406,36	847.392,08
Dividendos	7.497,07	6.392,54
Distribuição de Sobras da Central	202.565,74	290.951,15
Juros ao Capital pago pela Central	151.481,72	172.511,77
Outras Rendas Operacionais (a)	334.299,36	300.002,16
TOTAL	2.369.093,57	1.876.926,82

⁽a) Refere-se a receitas com assistência técnica com operações de crédito rural R\$321.773,73, e repasses de tarifas com cheques devolvidos R\$12.525,63.

19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Descontos Concedidos em Renegociações	(106.859,07)	(108.591,58)
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	-	(62.342,03)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(256.476,48)	(218.333,27)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(1.533,84)	(1.947,92)
Provisão para Passivos Contingentes	(84.987,34)	(135.338,48)
Outras Despesas Operacionais	(87.695,13)	(86.590,04)
Provisão para Garantias Prestadas	(177.261,72)	(89.238,46)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	-	(2.601,86)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	-	(1.088,92)
Fundo de Estabilidade e Liquidez	-	(185.520,76)
Outras Contribuições Diversas (FRV)	(130.526,51)	(106.328,35)
Contribuições ao Fundo de Investimentos Tecnologia da Informação	(126.524,29)	(126.764,33)
TOTAL	(971.864,38)	(1.124.686,00)

20. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	16.167,98	19.279,36
Perdas de Capital	(3.572,00)	(17.340,46)
Outras	(624,08)	(14.840,39)
Resultado Líquido	11.971,90	(12.901,49)



21. Resultado Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado Bruto de Atos Não Cooperativos	1.163.043,07	782.174,81
Resultado Não Operacional	11.971,90	(12.901,49)
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e CSLL	1.175.014,97	769.273,32
Imposto de Renda e CSLL	(478.511,29)	(329.984,67)
Lucro Líquido de Atos Não Cooperativos	696.503,68	439.288,65
Dedução resolução 129 - Sicoob Confederação	(519.316,25)	(611.731,74)
Lucro Líquido de Atos Não Cooperativos	177.187,43	(172.443,10)

O resultado de atos não cooperativos quando positivo é direcionado para o FATES conforme artigo 87 da lei 5764/71.

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	637.972,39	0,43%	1.974,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	213.629,93	0,14%	1.330,97
TOTAL	851.602,32	0,57%	3.304,97
Montante das Operações Passivas	529.100,00	0,76%	

Operações ativas e passivas - saldo em 31/12/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	14.551,58	145,62	2%
Crédito Rural	85.547,24	427,74	0%
Empréstimo	200.909,12	790,18	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	199.749,75	0,48%	0%
Depósitos a Prazo	914.116,42	0,89%	0,38%



Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDICAMPO.

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,50%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,67%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	83,24% do CDI

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019		
Empréstimos e Financiamentos 0,39%		
Crédito Rural (modalidades)	0,05%	
Aplicações Financeiras	0,76%	

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	14.289,61
Crédito Rural	114.316,27
Empréstimos	278.909,28

No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no Exercício (R\$)			
Descrição	31/12/2019		
Honorários	562.411,04		
Gratificações da Diretoria	135.124,19		
Conselheiros de Administração	353.642,35		
FGTS Diretoria	74.851,30		
INSS	233.395,63		
TOTAL	1.359.424,51		

23. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB CREDICAMPO em conjunto com outras cooperativas singulares é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos



recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICAMPO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	91.892.431,23	106.229.540,24
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	4.471.132,82	4.189.009,69

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 28 de agosto de 2019, com opinião sem modificação.

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2018, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.



No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas:
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado:
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.691.819,12 (31/12/2018 - R\$ 4.954.191,88), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.



26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, em 31/12/2019 o PR estava em conformidade.

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as sequintes provisões:

	31/12/	7 2019	31/12/2018		
Descrição	Provisão para Contigências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contigências	Depósitos Judiciais	
PIS	237.259,86	237.259,86	232.844,10	232.844,10	
PIS FOLHA	528.641,47	514.722,01	459.049,54	454.548,06	
CONFINS	769.349,77	769.349,77	754.206,05	754.206,05	
CSLL	170.176,40	170.176,40	165.869,17	165.869,17	
Outras contingências	48.344,21	18.054,80	69.312,98	17.649,18	
TOTAL	1.753.771,71	1.709.562,84	1.681.281,84	1.625.116,56	

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICAMPO, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$5.187,53.

29. Beneficiários a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$34.011,23.

Entre Rios de Minas (MG), 23 de janeiro de 2020.

Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira

Presidente do Conselho

Edson José Pinto de Sousa Diretor de Operações

André Luiz Neri Contador CRC/MG 075.675 **João Bosco Firmino dos Reis** Diretor Geral

Elizangela Andrade Cunha Diretora Gestão de Riscos



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do SICOOB CREDICAMPO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, reunido em 30/01/2020, em cumprimento do art. 85, inciso "IV" do Estatuto Social, declara, para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICAMPO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, em 31 de dezembro de 2019.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

ENTRE RIOS DE MINAS (MG), 30 de janeiro de 2020.

Tâmara de Carvalho Bethônico

Coordenadora do Conselho Fiscal

Paulo Alberto Resende Mendes

Secretário

Marcelo Nicolau da Costa

Conselheiro Fiscal Efetivo



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB CREDICAMPO Entre Rios de Minas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - Sicoob Credicampo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credicampo em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho



realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG, 04 de fevereiro de 2020.

Elisângela de Cássia Lara Contadora - CRC MG 086.574/O CNAI 3.750



DIRETOS E DEVERES DO COOPERADO

São direitos dos cooperados:

- ✓ Tomar parte nas assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;
- ✓ Ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;
- ✓ Propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- ✓ Beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;
- ✓ Examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;
- ✓ Tomar conhecimento dos normativos internos da Cooperativa;
- ✓ Demitir-se da Cooperativa quando lhe convier;
- ✓ O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 01 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

São deveres dos cooperados:

- ✓ Satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa;
- ✓ Cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;
- ✓ Zelar pelos interesses morais, éticos, sociais e materiais da Cooperativa;
- ✓ Respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;
- ✓ Realizar suas operações financeiras preferencialmente na Cooperativa;
- ✓ Manter suas informações cadastrais atualizadas;
- ✓ Não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da Cooperativa, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;
- ✓ Responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;
- ✓ Comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilicitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza relacionadas às atividades da Cooperativa.

